



PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

Secretaria de Município da Pesca , Agricultura e Cooperativismo

TERMO DE REFERÊNCIA

PARA PERMISSÃO DE USO DA DEPENDÊNCIAS DENOMINADAS DE BOX LOCALIZADA NA CENTRAL DE HORTIGRANJEIROS SITO A RUA COMENDADOR VASCO VIEIRA DA FONSECA Nº 690.

1. DO OBJETO: Será objeto da licitação a permissão de uso do

box nº 06

2. DO RAMO DE ATIVIDADE: O local destinar-se-á exclusivamente para o ramo de comercialização de **hortigranjeiros**.

3. DO VALOR: O valor mensal mínimo aceitável para a permissão de cada box será de:

R\$ 553,61

* a composição do valor mínimo mensal aceitável foi realizada através da media das atuais permissões vigentes.

3.1. Da proposta vencedora: A proposta vencedora será a que ofertar melhor preço, as propostas com valor inferior ao estabelecido neste termo serão desconsideradas.

3.2 Do reajuste: O valor será reajustado anualmente, a partir da data de assinatura do contrato, aplicando-se o IPCA.

4. DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência da presente será de 05 (cinco) anos a contar da assinatura do contrato, sendo o mesmo improrrogável.

5. DO PAGAMENTO: O prazo de pagamento da concessão será até o quinto dia útil do mês subsequente ao vencido, devendo o valor mensal da concessão, deverá ser pago na Secretaria de Município da Fazenda – SMF.

6. DA MULTA POR ATRASO: Em caso de atraso no pagamento mensal, será aplicada multa equivalente a 10 % (dez por cento) do valor do débito, acrescida de juros legais;

7. DAS DECLARAÇÃO E ATESTADO: O licitante deverá apresentar as seguintes declarações e atestado:

a) Declaração expressa de que, se vencedor da licitação, manterá as características da referida dependência, obedecendo-se o padrão existente, bem como todos os pagamentos relativos às despesas decorrentes da instalação, uso e manutenção do bem imóvel, ora cedido, bem como tributos municipais, estaduais, taxas de água, esgoto, luz, encargos sociais e outros que por ventura vierem a surgir;



PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

Secretaria de Município da Pesca , Agricultura e Cooperativismo

- b) Declaração expressa de que se vencedor da licitação, obrigar-se-á a manter o local em perfeito estado de conservação e uso, com água e energia elétrica;
- c) Declaração expressa da aceitação das condições deste Edital, sem restrição de qualquer natureza e de que é conhecedor das disposições gerais especiais previstas nos artigos 81 a 85 da Lei Federal nº 8.666/93, aplicam-se ao presente contrato e adendos dele oriundos;
- d) Atestado de visita ao local, declarando que concorda em efetuar todos os pequenos reparos necessários, antes de iniciar as atividades comerciais, bem como as exigências de funcionamento da Secretaria de Município da Saúde - SMS. Vigilância Sanitária e alvará dos bombeiros o referido atestado será fornecido pela SMDP, após a visita a dependência pela empresa participante e o documento será fornecido com prazo de dois dias antes da data de abertura das propostas, a visita deverá ser agenda com dois dias de antecedência antes da abertura das propostas telefone (53) 32 33 8430.

8. DAS VEDAÇÕES:

- a) Não será permitido alterar a razão social e também o ramo de atividade, durante o período de vigência da presente concessão. O seu descumprimento autorizará a rescisão de imediato do contrato;
- b) Não será permitida qualquer cessão, subcontratação ou transferência, sendo nula de pleno direito e sem qualquer efeito, além de constituir infração passível das cominações legais e contratuais cabíveis;
- c) Não será permitida à participação de pessoas jurídicas, enquadradas nas disposições do Art.9º da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações.
- d) Não será permitida a colocação e comercialização de mercadorias fora da dependência locada, nem a colocação de qualquer cobertura que atinja a área de estacionamento na frente da dependência ou o leito da rua, bem como a comercialização em veículos em frente ao boxe pelo descumprimento será aplicada uma multa diária de 50 URMs pelo lapso de tempo devidamente comprovado.

9. DAS OBRAS E BENFEITORIAS:

- a) Todas as obras que se julgarem necessárias, só serão executadas com autorização pela concedente e fiscalizada pela Secretaria Municipal de Coordenação e Planejamento - SMCP;



PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

Secretaria de Município da Pesca , Agricultura e Cooperativismo

b) As benfeitorias realizadas, desde que autorizadas, não terão direito a indenização no final do contrato, eis que as mesmas passam a integrar o patrimônio do Município;

10. DAS OBRIGAÇÕES: Além das obrigações constantes no contrato a licitante vencedora do processo obriga-se á:

a) Devolver o imóvel em perfeitas condições de uso, no prazo improrrogável de cinco anos, independente de notificação judicial ou extrajudicial;

b) Responsabilizar-se, perante terceiros, excluindo a municipalidade de qualquer reclamação e indenização:

c) Manter o comércio em perfeito funcionamento, durante os doze meses de cada ano do contrato, sem interrupção, sendo que o seu descumprimento sem qualquer justificativa devidamente comprovada sujeitará à aplicação de uma multa diária de 50 URMs pelo lapso de tempo devidamente comprovado;

d) Transferir no prazo de trinta dias após a assinatura do Contrato de Permissão de Uso a documentação jurídica para o local de funcionamento.

f) O vencedor do processo licitatório terá (05) cinco dias uteis a contar da homologação para comprovar a solicitação de endereço ou a criação de Filial na JUCEGRS- Junta Comercial do Rio Grande do Sul o descumprimento deste requisito impedira da assinatura do Termo de Contrato de Permissão de Uso oneroso com o Município;

11. DA PARTICIPAÇÃO NO CERTAME: poderão participar do certame pessoas jurídicas, que atenderem ás exigências constantes neste Termo e no Edital.

Rio Grande, 29 de dezembro de 2021 .

Bercílio Luiz da Silva

Secretário de Município da Pesca, Agricultura e Cooperativismo



Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

Secretaria de Município da Pesca , Agricultura e Cooperativismo